

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº ,DE 2023

(Do Sr. Paulo Guedes)

Apresentação: 27/03/2023 19:06:18.837 - CFT

REQ n.13/2023

Solicita realização de Audiência Pública para debater a exploração de minério de lítio no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, assim como as políticas públicas de incentivo ao seu aproveitamento industrial e a apuração da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM relativa a esses minérios.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Finanças e Tributação, para debater a exploração de minério de lítio no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, assim como as políticas públicas de incentivo ao seu aproveitamento industrial e a apuração da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM desses minérios.

Para a audiência, solicito que sejam convidados os seguintes representantes:

- Ministro de Estado de Minas e Energia;
- Ministro de Estado da Indústria e Comércio;
- Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA);
- Presidente do Centro de Tecnologia Mineral (CTEM);
- Presidente das Indústrias Nucleares Brasileiras (INB).

* CD 231006995100*
ExEdit



JUSTIFICAÇÃO

As principais reservas de minério de lítio do Brasil estão localizadas no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, especificamente nos municípios de Araçuaí e Itinga, onde esses recursos minerais valiosos são conhecidos há décadas. Atualmente, o lítio e alguns outros minérios raros são objeto de interesse estratégico de inúmeros países devido a sua utilização como insumos essenciais para a transição energética.

O lítio é reconhecido mundialmente como um dos elementos mais importantes para as alternativas energéticas aos combustíveis fósseis, pois é a principal matéria-prima para produção de baterias e veículos elétricos. Além de veículos elétricos, o “petróleo branco” como é conhecido o mineral, tem sido utilizado em baterias de notebooks, *tablets* e smartphones. Além de sua importância para o avanço tecnológico e econômico, o mineral também é importante para a indústria farmacêutica.

O chamado “Triângulo do Lítio”, formado por Bolívia, Argentina e Chile, concentram cerca de 65% das reservas mundiais do minério. Segundo dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos, de 2021, o Brasil e México, apesar de possuírem reservas menores que os referidos países, concentram reservas de lítio consideráveis em nível mundial. De acordo com esses dados, o Brasil possui a sétima maior reserva de lítio conhecida no mundo. O total de recursos de lítio no país está estimado em 470 mil toneladas, com 85% localizadas no Vale do Jequitinhonha.

A alta demanda pelo minério tem impulsionado o avanço de grandes investimentos em projetos ao longo de toda a cadeia produtiva, desde a mineração, passando pelo processamento mineral e até a produção de componentes e baterias. Um relatório recente da Agência Internacional de Energia (AIE), divulgado em 2022, aponta a tendência de aumento do uso dos minerais estratégicos da chamada cadeia de energia limpa. Entre eles, está o lítio, cuja demanda mundial pode ser multiplicada por 40 vezes até 2040. Com isso, os atuais produtores mundiais somente seriam capazes de fornecer 25% da matéria-prima necessária para atender à demanda, o que levará à necessidade de novos *players*, gerando oportunidade para a expansão da produção nacional para atender a demanda interna e externa.

Considerado o “petróleo do futuro”, o lítio tornou-se elemento central nas discussões em torno das energias limpas e renováveis. Nos últimos anos, várias empresas



locais e internacionais intensificaram sua busca por direitos minerários no Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha, e diversas concessões foram outorgadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Nesse particular, é importante avaliar quais os projetos minero-industriais deverão contemplar não apenas a extração dos minérios, assim como a transformação e a agregação de valor ao insumo, gerando maior renda para o país e as comunidades da região.

Além da importância econômica da exploração desse recurso mineral estratégico, é essencial debater e avaliar também os impactos que a mineração de lítio pode acarretar na região, cuja escassez hídrica é motivo de preocupação para as comunidades, e quais seriam as medidas compensatórias e as ações mitigadoras necessárias para reduzir o impacto ambiental, no caso da expansão das minerações e de eventual industrialização do lítio.

Por outro lado, é igualmente importante debater as contrapartidas para as comunidades e Municípios representados pela arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, uma vez que a base para essa arrecadação é o valor do produto comercializado. Assim, e considerando que o preço do produto industrializado apenas na sua primeira transformação industrial é de cerca de 10 vezes, é imperioso considerar as exigências para que essa industrialização seja de fato implementada, de forma a maximizar a arrecadação da CFEM.

Dessa forma, entendemos extremamente relevante o assunto ser debatido na Audiência Pública que ora propomos, ouvindo os principais representantes do setor de mineração, de alta tecnologia e também as autoridades públicas responsáveis pelo setor, para avaliar todos os aspectos econômicos, sociais e ambientais envolvidos na mineração do lítio no Vale do Jequitinhonha.

Portanto, considerando a importância do assunto e a necessidade de ampliar o debate sobre a mineração de lítio e as consequências para o país, entendemos que a realização dessa audiência pública é fundamental para a discussão do tema nesta Comissão de Finanças e Tributação.

Por essas razões, apresentamos o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2023.

